

“O bairro ir abaixo foi como um familiar que morreu.”

Histórias da “chaga” que o PER abriu

Em *Quando Ninguém Podia Ficar*, Ana Rita Alves faz uma abordagem crítica ao Programa Especial de Realojamento criado em 1993 e ainda não totalmente concretizado

Joana Gorjão Henriques Texto
Daniel Rocha Fotografia

No sítio onde antes havia uma capela há entulho, postes de electricidade tombados e algum lixo. Dona Rosa ainda vende peixe, tem uma banca que não foi abaixo como o resto do Bairro de Santa Filomena, na Amadora. “O que mantém aqui a vida são as senhoras do peixe”, comenta Willa (Elisabete) Mascarenhas, 37 anos, enquanto sobe a ladeira deste terreno no centro da Amadora, onde cresceu e viveu.

Num prédio que faz esquina há dois cafés que atraem o pouco movimento que vai havendo ao dia de semana. Vários jovens regressam regularmente àquele local. “Aqui é a minha família. O bairro foi abaixo, mas de vez em quando encontramos. São muitos anos”, diz Willa, perto dos amigos Carlos Alberto e Luciano Carvalho.

Era também ali, perto de onde estava a capela, que os moradores e os pais de Willa, cabo-verdianos, hoje a viver no Príncipe Real, em Lisboa, colocavam os materiais para ir construindo as suas casas aos fins-

de-semana. Pedra sobre pedra foi nascendo um bairro. “Aqui, onde estamos, eram deixados os materiais: areia, cascalho, tábuas e tijolos. As pessoas iam carregando, ajudando, porque praticamente ninguém cobrava, ajudávamo-nos todos”, recorda com ternura. Pagavam IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), esgotos, água, electricidade. Assim foi desde 1986 a 2015, com a família a crescer e as de outros moradores também.

A 25 de Novembro de 2015, Willa tinha ido levar os filhos de quatro e três anos à escola, eram umas sete e pouco da manhã, recorda. “Estava a atravessar o caminho e vejo quatro carripanas da PSP, cinco ou seis carros da polícia, e montes de carros a subirem. Disse: ‘Deve haver uma rusga.’”

O pai, que trabalhava à noite como cantoneiro na Câmara Municipal de Lisboa, um emprego que teve durante toda a vida, chegara a casa por volta das seis da manhã. Tinha dormido uma hora quando lhe foram bater à porta para despejar a casa. A mãe ficou em choque, “parecia que tinha morrido um dos meus irmãos”, conta Willa. “Nem tive tempo de me despedir da minha casa. Foram estranhos que retiraram as minhas coisas: a

minha roupa interior, os meus tachos. Não é justo.” Os moradores sabiam estar na iminência do despejo, mas entre a ameaça e a concretização passaram-se vários anos.

No mesmo dia, ajudada por pessoas da associação Habita, como Ana Rita Alves, Willa foi à Câmara Municipal da Amadora, contactou a linha de emergência social. Uma técnica aconselhou-a a ir para casa de conhecidos, não podia garantir onde ela e os dois filhos ficariam – podiam ser alojados temporariamente num espaço de camaratas com sem-abrigo e toxicodependentes, conta. “Separámo-nos todos. Deixei os meus filhos com os meus sogros, fui para casa de uns amigos, os meus pais ficaram em casa de uma vizinha.”

Entre 2012 e 2016, esta foi uma das várias famílias que viram as suas casas destruídas pelas retroescavadoras enviadas pela autarquia da Amadora. Na altura, estimou-se que havia 442 casas, com quase dois mil habitantes. Já tinham passado mais de 20 anos sobre o levantamento para o Programa Especial de Realojamento (PER), feito em 1993, pensado para demolir as “barracas” nas áreas metropolitanas do Porto e Lisboa.

Desde esse primeiro registo, as

famílias reorganizaram-se sem que muitas vezes o PER levasse isso em consideração. “Entretanto crescemos, fomos pais. Fui mãe aos 26 anos”, diz Willa. Em sua casa viviam oito pessoas: ela, os pais, as duas filhas e o irmão mais novo com também duas filhas. “A casa era pequena, mas não estávamos todos ao molho, tínhamos o nosso quarto.”

A Câmara Municipal da Amadora tinha três programas para quem estava no PER: o PAAR – Programa de Apoio ao Auto-Realojamento, que financiava 20% do valor da casa que teria de ser construída se a família fosse realojada (o dinheiro era usado como se quisesse); o Retorno, que financiava o mesmo valor para a pessoa regressar ao país de origem (com pouca adesão); e o PAAR Mais, que financiava 40% do valor da casa que teria de ser construída (o dinheiro teria de ser usado na compra de um imóvel).

A autarquia queria realojar a família Mascarenhas numa única casa. Willa lutou pelo desdobramento do realojamento, algo que foi feito em várias circunstâncias do PER. A sua família acabou por não ser abrangida por nenhum apoio. Seis anos depois da demolição da casa onde viveu

toda a sua infância e juventude, Willa ainda coabita com os pais, de forma intermitente. “Um dos trabalhos que tenho é os meus pais culpabilizarem-me por não terem casa.”

Sente que foi penalizada por ter exigido algo a que acha que tem direito. “Quando fomos à câmara, nunca me foi dito que se eu insistisse com esta batalha os meus pais iriam perder direitos, senão teria desistido à primeira. Os meus pais não aceitaram o acordo porque queriam saber onde eu e o meu irmão iríamos ficar. O desdobramento faz parte da lei: se em 1993 tinha um quarto para mim, [depois do despejo], com três filhos, não ia ficar num quarto com três ou quatro pessoas”, contesta.

“Ainda me estou a tentar encontrar. Não é fácil sentir-me culpabilizada de uma coisa que atinge os meus pais. E não é justo: pagávamos água, esgotos, IMI.” Contactada, a autarquia não respondeu às questões colocadas pelo PÚBLICO sobre este caso, nem sobre os realojamentos do PER.

“Periferia foi criminalizada”

Situações deste tipo aconteceram com outras famílias e é sobre elas que fala a antropóloga Ana Rita Alves,





doutoranda no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC), num livro publicado em Agosto pela Tigre de Papel: *Quando Ninguém Podia Ficar*. Nele traça um historial da demolição de Santa Filomena, faz uma espécie de radiografia do que foi o PER, critica a forma como foi implementado.

Willia leu as quase 150 páginas e reconheceu-se. “Podia ter sido um de nós a escrever”, diz. “O livro da Rita ajudou-me a entender melhor a revolta que tinha em mim mesma. Ajuda a entender como o sistema foi trabalhado até chegar ao ponto em que tudo é permitido. Ajudou-me a entender muita coisa, em termos de lei.”

Em 2017, em sequência de uma queixa da Habita que trouxe a relatora especial sobre habitação das Nações Unidas (ONU) a Portugal em 2016, a ONU emitiu um relatório em que afirmou que houve violação dos direitos humanos nos despejos feitos pela Câmara da Amadora por deixar famílias sem casa. Também o provedor de Justiça, em 2016, tinha recomendado a revisão do PER, defendendo que “a resposta não pode ser encontrada apenas pelos municípios”. Segundo o Ministério do Ambien-

te disse ao PÚBLICO, até agora o PER executou 72% das respostas habitacionais contratualizadas (foram dadas 34.759 respostas e contratualizadas 48.416). Entre 1997 e 2009, os municípios gastaram 1314,1 milhões de euros, 43% dos quais a fundo perdido, e entre 2010 e 2021 foram gastos 48,8 milhões, dos quais 19,4 milhões também a fundo perdido.

Em 2018, quase 30 anos depois do início do PER, o Governo anunciou que havia 26 mil famílias com carências habitacionais e que seriam abrangidas pelo 1.º Direito, programa que substituiu o PER. A execução deste programa ainda não é conhecida.

O grande paradoxo do PER, diz a antropóloga, é que, sendo um programa para realojar, acabou por legitimar o desalojamento das populações sem lhes fornecer alternativa, e isso passou-se no caso de Santa Filomena. Ana Rita Alves lembra-se bem de como era o bairro e, numa visita a Santa Filomena, acompanhada pelo PÚBLICO, vai sinalizando o que ficava onde – casas, cafés, pessoas.

Recorda que em 2012 soube que havia famílias a serem despejadas sem alternativa. “Nunca tinha vindo



O PÚBLICO acompanhou Willa e outros moradores num regresso ao Bairro de Santa Filomena, demolido entre 2012 e 2016

“**O que o PER produziu não foi só a melhoria das condições habitacionais das pessoas. Também produziu pessoas sem abrigo**”

Ana Rita Alves
Antropóloga

a Santa Filomena. Quando cheguei, havia um cordão policial gigante para que ninguém entrasse. As máquinas já estavam dentro do bairro. Foi absolutamente inquietante perceber a violência que estava a ser perpetrada contra as famílias. O que se vivia era um permanente estado de terror, através da presença policial no bairro ou da impossibilidade de diálogo com as instituições. As casas iam caindo sem que as pessoas tivessem alternativas habitacionais condignas.”

Sublinha a ausência de diálogo entre a autarquia e os moradores. “Não podemos ler o terror que viveram os moradores em Santa Filomena na Azinhaga dos Besouros, Estrela de África, 6 de Maio, e a forma como foi silenciado na esfera pública, sem entendermos as representações que foram sendo criadas sobre bairros de autoconstrução maioritariamente habitados por pessoas negras.” Estas pessoas “construíram comunidade, abriram cafés, mecânicos, cabeleireiros, construíram redes de solidariedade importantes, produziram cultura, construíram o país. Mas quando foi altura de estes terrenos interessarem ou se erradicarem as barracas, a desumanização

entrou como repertório-base e como legitimador. Houve uma invenção da periferia sempre na dialéctica entre criminalização e racialização, a ideia de que estes bairros de autoconstrução e realojamento são lugares que representam um perigo racializado para o centro da cidade. Afastá-los do centro, dispersá-los, era fundamental aos olhos do Estado.”

Não é por ter sido demolido que Santa Filomena deve agora sair do radar, diz Rita Alves. Pelo contrário. “Não há qualquer reparação possível para aquilo que foi o sentimento de perda das pessoas quando deitaram abaixo o sítio onde cresceram, viveram, casaram. Por muito que o tempo passe, há uma chaga que se abriu que não era do bairro, como se dizia no PER, mas foi a chaga gigantesca que a lei abriu.” Mas é essencial que o Estado pense num processo de “justiça restaurativa”, que indemnize as famílias pela sua perda, defende. “O Estado, com a conivência das suas diversas instituições, falhou em cumprir o que foi o direito à habitação de famílias como a da Willa.” Que, depois do despejo, ficaram a viver numa situação ainda mais precária: “O que o Estado produziu com o PER não foi só a melhoria das condições habitacionais das pessoas mas também a produção de pessoas em situação de sem abrigo, e nesse sentido devia haver restituição. As famílias estão sinalizadas pelas câmaras, não é difícil encontrá-las. Agora que existe o 1.º Direito, era fundamental pensar como se pode reparar a violência do passado.”

No fim da conversa, Luciano Carvalho, 40 anos, um dos amigos com quem Willa se encontra no bairro e que ali viveu também boa parte da vida, comenta: “O bairro ir abaixo foi como um familiar que morreu. A gente sente um vazio.”